

Obras paradas

Dois ministérios - Transportes e Integração Nacional - somam 548 obras paradas em todo o País. São 322 no primeiro e 226 no segundo. Embora não sejam as únicas a abrigar tal tipo de problema, as duas pastas lideram o ranking do abandono, cujas causas são variadas. Vão da falta de planejamento a erros de dimensionamento, irregularidades como superfaturamento e descontinuidade administrativa.

O desperdício segue impune de governo a governo. Não por amnésia. Vez ou outra, surge uma comissão de investigação no Congresso, o Tribunal de Contas da União choca o País com relatórios do descalabro, a imprensa cobra soluções, mas a coleção de obras inacabadas parece não ter fim. Cresce no rastro do descaso com o dinheiro público, de mudanças abruptas de prioridades com as trocas de governantes.

Em 1995, comissão especial do Senado identificou 2.214 projetos que tiveram sua execução abandonada, estimando o prejuízo em R\$ 15 bilhões, em valores da época. Há dois anos, uma CPI da Câmara foi extinta em meio a denúncias de extorsão de empreiteiras por deputados. Hoje, nem sequer há números globais que permitam dimensionar o problema com precisão. Mas apenas a usina nuclear Angra 3, paralisada há cerca de 18 anos, consome em torno de US\$ 20 milhões anuais - conforme consta em relatório do TCU - na conservação de equipamentos e manutenção dos canteiros de obras. Além dos gastos elevados, há os recursos públicos investidos sem retorno para a sociedade.

O pior é que não há solução à vista. A conclusão da BR- 020, por exemplo, não está prevista no Plano Plurianual de investimentos elaborado pelo governo Lula. O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, explica que foi dada prioridade a obras em que fosse possível atender à população “com menos dinheiro e em pouco tempo”.

Trata-se de critério razoável. Também seria bom que houvesse acompanhamento permanente do TCU, como prevenção contra o surgimento de novas irregularidades, e que se estancasse de vez o crescimento desse passivo, cuja solução se torna cada vez mais complexa e distante. Agora mesmo, empreiteiras estão cobrando do governo dívidas de cerca de R\$ 450 milhões, acumuladas desde o ano passado, e ameaçam parar as obras rodoviárias federais em execução se o pagamento não for retomado nos próximos dias. Fechar logo esse ralo é questão de economia nacional.

Correio da Paraíba – 5/11

A preço de banana

Helayne Boaventura e César Henrique Arrais, da equipe do Correio

Enquanto os ministros reclamam da falta de verba para investir em projetos essenciais, por inoperância ou incompetência o governo federal deixa de arrecadar dinheiro com os imóveis da União. A descoberta foi feita por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) ao checar o trabalho de fiscalização feito por órgãos federais em Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os técnicos constataram que na hora de cobrar taxas dos imóveis, as gerências regionais de patrimônio erraram contas, subvalorizaram o preço de imóveis ou cobraram aluguéis muito abaixo do preço de mercado. A situação caótica fez o tribunal iniciar uma megaoperação em nove estados para flagrar irregularidades semelhantes. O trabalho termina em três semanas. O resultado de um dos três projetos-piloto — a investigação feita em imóveis de Alphaville, uma das regiões mais valorizadas de São Paulo — será julgado pelo plenário do TCU na próxima quarta-feira. Os técnicos estimam que a Gerência Regional do Patrimônio da União no estado de São Paulo deixou de arrecadar pelo menos R\$ 2 milhões anuais ao subvalorizar imóveis da região de Alphaville. A auditoria constatou que a gerência cobrava de propriedades comerciais e empresariais taxas com base no valor dos imóveis, desvalorizados em até 70% se comparados ao preço de mercado. Nesses casos, a União é coproprietária do terreno e cobra uma taxa pelo uso de sua metade do solo.